

# PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

# **CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA**

Certifico, que a requerimento da parte interessada, revendo os registros de distribuição, de 1º de janeiro de 1980, até a presente data, em face de PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ 53.847.536/0001-03, NADA CONSTA na Justiça Estadual de 1º grau, 2º grau e nos Juizados Especiais do Estado do Pará, referente a AÇÕES CÍVEIS em que é parte como requerido(a).

# Observações:

- 1. Certidão expedida gratuitamente, através da Central de Distribuição deste Fórum.
- 2. A informação do nº do CPF ou CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário, sob pena de incorrer na prática dos atos típicos previstos nos arts. 299 § 1º, art.301 e 304 do Código Penal Brasileiro.
- 3. A autenticidade desta c<mark>ertid</mark>ão poderá ser confirmada na <mark>pági</mark>na do Tribunal de Justiça do Estado do Pará(www.tjpa.jus.br), no menu de consultas.
- 4. Este documento é válido somente por 90(noventa) dias.
- 5. A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, até 90(noventa) dias após sua expedição.



sexta-feira, 14 março, 2025 MARCELO SANTOS

COSTA:41001702204
COSTA:41001702204
Dados: 2025.03.19 09:02:05 -03'00'

Serviço de Emissão de Certidão Cível

Divisão de Distribuição de Feitos Civeis

Diretoria do Fórum Cível

As informações contidas nesta Certidão referem-se a existência de Ações de Execução Fiscal, Municipal ou Estadual, Execução patrimonial, Falência e recuperação Judicial(Concordata), Civel e Comercial, Familia, Interdição/Tutela/Curatela, Inventário e etc...

Certidão em conformidade com o provimento 19/2009 - CJRMB, que institui certidão única para feitos cíveis.

Certidão expedida gratuitamente em: 14/03/2025 16:00:14

CONTROLE: 03141612830661 Está certidão é emitida apenas para pessoas com maior idade civil.

Válida até 12/06/2025 00:00:00 Libra (renato.lobo)

Comprovação de autenticidade da certidão no site http://www.tjpa.jus.br

Assinado de forma digital por

MARCELO SANTOS



# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE DE ADVOGADOS

CNPJ: 53.847.536/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 10:48:39 do dia 14/02/2025 <hora e data de Brasília>. Válida até 13/08/2025.

Código de controle da certidão: **FE49.413D.3DCF.1D2C** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE DE ADVOGADOS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 53.847.536/0001-03 Certidão n°: 9441007/2025

Expedição: 19/02/2025, às 10:28:35

Validade: 18/08/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE DE ADVOGADOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **53.847.536/0001-03, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

# INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

# SERVIÇO GRATUITO



# GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

# CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

Nome: NÃO CONSTA

Inscrição Estadual: NÃO CONSTA

**CNPJ:** 53.847.536/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza tributária, incritos ou não na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 11:35:59 do dia 10/01/2025

Válida até: 09/07/2025

Número da Certidão: 702025080063745-0

Código de Controle de Autenticidade: 5CC656B9.085767D2.C6A8F16D.A96D8B2E

# Observação:

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 6° da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.
- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense. SERVIÇO GRATUITO

# SERVIÇO GRATUITO



# GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

# CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA

Nome: NÃO CONSTA

Inscrição Estadual: NÃO CONSTA

CNPJ: 53.847.536/0001-03

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, incritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 11:35:59 do dia 10/01/2025

Válida até: 09/07/2025

Número da Certidão: 702025080063746-9

Código de Controle de Autenticidade: 52FB3BE1.F8EA4D7C.DD674110.1268F1A5

# Observação:

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9° da Instrução Normativa n.° 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.
- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense. SERVIÇO GRATUITO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM PROCURADORIA FISCAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

# **CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA**

Processo Nº 427401/119/2025

Contribuinte: PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE DE ADVOGADOS

CPF/CNPJ: 53.847.536/0001-03

Inscrição Mobiliária: 470551-7

Endereço: R ACORES , 9

Inscrição(ões) D. Ativa de Crédito(s) Não Tributário(s):

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidades do contribuinte acima identificado que vierem a ser apurada, é certificado que:

Não constam débitos relativos a tributos ou créditos administrados pela Secretaria Municipal de Finanças em seu nome.

Certidão emitida às **14:04** horas, do dia **19/03/2025** com fulcro na instrução Normativa nº 06/2009-GABS/SEFIN, de 30 de novembro de 2009.

Validade: 180 (cento e oitenta) dias.

Atenção: Qualquer emenda ou rasura invalidará este documento, tendo apenas validade quando verificada sua autenticidade no site: <a href="https://sistemas.belem.pa.gov.br/certifica">https://sistemas.belem.pa.gov.br/certifica</a>

## Observações:

NA ANALISE DOS DEBITOS FORAM CONSIDERADOS OS TRIBUTOS INSCRITOS OU NAO EM DIVIDA ATIVA E A REGULARIDADE DO EXERCICIO FISCAL CORRENTE.

# QR CODE PARA AUTENTICAÇÃO





Aponte a câmera do seu celular para o QRCode ou acesse:

https://sistemas.belem.pa.gov.br/certifica

e informe os dados abaixo:

Chave: 1EL225EZ9

Data de Emissão: 19/03/2025 14:31

14/02/2025, 10:40 about:blank



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 53.847.536/0001-03 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		ABERTURA <b>024</b>	
NOME EMPRESARIAL PEREIRA DE DEUS SOCI	EDADE DE ADVOGADOS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE DE ADVOGADOS  POR DEI				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVII 69.11-7-01 - Serviços adv				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIV <b>Não informada</b>	/IDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATU 223-2 - Sociedade Simple				
R ACORES		NÚMERO COMPLEMENTO ************************************		
	BAIRRO/DISTRITO TAPANA (ICOARACI)	MUNICÍPIO BELEM	UF PA	
ENDEREÇO ELETRÔNICO PATRICKDEDEUS10@GM	MAIL.COM	TELEFONE (91) 8994-7614		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁV	/EL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITU 26/01/2024	AÇÃO CADASTRAL	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTR	RAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL ********		DATA DA SITU *******	IAÇÃO ESPECIAL	

(\*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 14/02/2025 às 10:40:39 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

about:blank 1/1

# ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA PATRICK PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA



Pelo presente instrumento particular, PATRICK PEREIRA DE DEUS, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 14/04/1999, SOLTEIRO inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Estado do Pará, sob o nº 33550 e no CPF sob o nº 03929889250, residente e domiciliado(a) no(a) RUA ACORES, 09, TAPANA (ICOARACI), BELEM, PA, CEP 66833370, BRASIL, constitui uma Sociedade Individual de Advocacia, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª - A razão social adotada é PATRICK PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA e rege-se pelo Estatuto da Advocacia e da OAB e pelo Provimento 170/2016 expedido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo 1°. A Sociedade tem sede na RUA AÇORES, 09, TAPANÃ (ICOARACI), BELEM, PA, CEP 66.833-370.

Parágrafo 2º. Poderão ser abertas filiais respeitadas as normas da Ordem dos Advogados do Brasil.

Cláusula 2ª - A Sociedade tem por objeto a prestação de serviços de advocacia, conforme disciplinado no Estatuto da Advocacia e da OAB (art. 1°).

**Cláusula 3ª** - O capital social é de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), dividido em 100 quotas no valor de R\$ 100,00 (Cem Reais) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente.

**Cláusula 4ª -** Além da Sociedade, o titular responde subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão, no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

Parágrafo único. A responsabilidade do sócio em decorrência das obrigações sociais, não oriundas de danos causados no exercício da advocacia, será de acordo com a legislação em vigor.

**Cláusula 5ª** - A administração cabe ao titular acima qualificado, que poderá usar o título de Administrador, e representará a Sociedade em todos os atos de gestão necessários e, também, ativa ou passivamente em Juízo ou fora dele bem como junto aos órgãos públicos, federais, estaduais, municipais e instituições financeiras, podendo assinar quaisquer documentos, abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, constituir procurador(es) *ad negotia*, com poderes determinados e tempo certo de mandato.

Parágrafo único. O titular poderá ter retiradas mensais a título de pró-labore, cujos valores serão levados à conta de despesas gerais da Sociedade.

**Cláusula 6ª -** O exercício social coincide com o ano civil. Ao final de cada exercício levantar-se-á o balanço geral da Sociedade para apuração dos resultados e dos prejuízos, atribuindo-se ao titular o que for apurado.

Parágrafo único. A Sociedade poderá apresentar balanços mensais e distribuir os resultados a cada mês ou nos períodos que o titular decidir.

Cláusula 7ª - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.



BELEM

Praça Barão do Rio Branco 93 - Campina, Belém - PA Certifico a averbação na matrícula 02647, protocolo 81300000063720 em 26/01/2024, CNPJ 53847536000103 Selo 2558938677887

# ATO CONSTITUTIVO DE SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA PATRICK PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

**Cláusula 8ª -** Nas hipóteses de falecimento, exclusão dos quadros da OAB ou diante da incompatibilidade definitiva do titular, a Sociedade estará dissolvida.

**Cláusula 9ª** - Fica eleito o foro da cidade de BELEM PA, Estado do Pará para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Cláusula 10ª** - O titular declara que não participa de outra sociedade de advogados, não ter constituído mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, nem integrar, simultaneamente, sociedade de advogados e sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial desta Seccional.

BELEM PA, 12 de dezembro de 2023.

PATRICK PEREIRA DE DEUS

REGINA LUCIA MEIRELES ALBUQUERQUE

CLEBER ANTONIO ALBUQUERQUE DOS SANTOS



BELEM

Praça Barão do Rio Branco 93 - Campina, Belém - PA Certifico a averbação na matrícula 02647, protocolo 81300000063720 em 26/01/2024, CNPJ 53847536000103 Selo 2558938677887



# República Federativa do Brasil Ministério da Educação Universidade Federal do Pará



vista a conclusão do Curso de DIREITO em 14 de março de 2022 e a Colação de o de março de 2022, confere o grau de BACHAREL EM DIREITO O Reitor da Universidade Federal do Pará no uso de suas atribuições, e te

# a PATRICK PEREIRA DE DEUS

CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 5465561 - 2º VIA POLÍCIA CIVILIPA, BRASILEIRO, NASCIDO(A) EM 14 DE ABRIL DE 1999 NATURAL DO ESTADO DO PARÁ

legais. e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerr

Belém(PA), 17 de agosto de 2022.

Reitor O

thick phinos de Diplomado(a)

Diretor(a) da Unidade Acadêmica

ia Stella Commission da Silve

01706140231



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
RAZÃO SOCIAL: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CNPJ: 34.621.748/0001-23
Recredenciamento: Portaria nº 700 de 20/07/2016, D.O.U. nº 139, Seção 1, pág. 50, de 21/07/2016.
CENTRO DE REGISTRO E INDICADORES ACADÊMICOS
COORDENADORIA DE CERTIFICAÇÃO E REGISTRO

----

DIPLOMA registrado sob o nº 9812, Livro IBLDR1/27 fls. nº 112, em 19/08/2022, por delegação de competência do Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Processo nº: 23073.033283/2022-31 Belém(PA), 19/0

Belém(PA), 19/08/2022.

Coordenadora da CCR - em exercício

Julicta Cristina de Andrade Jatahy
Portaria new 499/2016

DIREITO - BACHARELADO
Reconhecido por meio da Portaria nº 421 de 11/05/1938,
publicado no D.O.U. de 11/05/1938. Renovado por meio da
Portaria nº 211 de 25/06/2020, publicada no D.O.U. de
07/07/2020.



Por este instrumento particular,

PATRICK PEREIRA DE DEUS, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 14/04/1999, SOLTEIRO, ADVOGADO, CPF nº 039.298.892-50, NÚMERO DE INSCRIÇÃO NA OAB nº 33550, órgão expedidor OAB - PA, residente e domiciliado na RUA ACORES, 09, TAPANA (ICOARACI), BELEM, PA, CEP 66833370, BRASIL.

Único sócio da Sociedade Simples PATRICK PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, devidamente registrada na OAB secção sob o nº 02647 em 26/01/2024, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica MF sob o nº 53.847.536/0001-03, resolve na melhor forma de Direito, alterar o Contrato Social e consolidá-lo conforme condições seguintes:

PRIMEIRA: A sociedade que gira sob a razão social PATRICK PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA passará, a partir desta data, a adotar: PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE DE ADVOGADOS.

SEGUNDA: transforma-se a natureza jurídica para 223-2 - SOCIEDADE SIMPLES PURA.

TERCEIRA: Admite-se na sociedade o sócio BRENO ARTHUR DA SILVA VIEIRA, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 17/09/1999, SOLTEIRO, ADVOGADO, CPF nº 026.802.272-04, NÚMERO DE INSCRIÇÃO NA OAB nº 33541, órgão expedidor OAB - PA, residente e domiciliado na RUA DOS PARIQUIS, 1283, APT 606, JURUNAS, BELEM, PA, CEP 66030690, BRASIL.

Após a admissão o capital social fica distribuído conforme discriminado abaixo:

O sócio PATRICK PEREIRA DE DEUS, detentor de 10.000 mil (DEZ MIL.) Quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). Transfere ao sócio BRENO ARTHUR DA SILVA VIEIRA, admitido neste ato, a quantidade de 500 quotas de capital, cada uma no valor de R\$1,00 R\$ (Um Real), correspondendo a R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS).

NOME	QUOTAS	VALOR(R\$)
BRENO ARTHUR DA SILVA VIEIRA	500	500,00
PATRICK PEREIRA DE DEUS	9.500	9.500,00
TOTAL	10.000	10.000,00

QUARTA: As demais disposições contratuais não alcançadas pelo presente instrumento permanecem em vigor.



Praca Barão do Rio Branco 93 - Campina, Belém - PA

Certifico a averbação na matrícula 02647, protocolo 81400000579308 em 11/02/2025, CNPJ 53847536000103 Selo 14855667236764

Este documento pode ser verificado em http://regin.pscs.com.br/pa/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada por BRENDA ARAUJO DI IORIO BRAGA VICE PRESIDENTE OAB PARA em 14/02/202



À vista da alteração ora ajustada, consolida-se o Contrato Social, com a seguinte redação:

### PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE DE ADVOGADOS

PATRICK PEREIRA DE DEUS, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 14/04/1999, SOLTEIRO, ADVOGADO, CPF nº 039.298.892-50, NÚMERO DE INSCRIÇÃO NA OAB nº 33550, órgão expedidor OAB - PA, residente e domiciliado na RUA ACORES, 09, TAPANA (ICOARACI), BELEM, PA, CEP 66833370, BRASIL.

BRENO ARTHUR DA SILVA VIEIRA, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 17/09/1999, SOLTEIRO, ADVOGADO, CPF nº 026.802.272-04, NÚMERO DE INSCRIÇÃO NA OAB nº 33541, órgão expedidor OAB - PA, residente e domiciliado na RUA DOS PARIQUIS, 1283, APT 606, JURUNAS, BELEM, PA, CEP 66030690,

Únicos sócios da Sociedade Simples Pura: PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE DE ADVOGADOS, devidamente registrada na OAB secção sob o nº 02647 em 26/01/2024, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 53.847.536/0001-03, resolve na melhor forma de Direito, consolidar seu contrato conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RAZÃO SOCIAL - A Sociedade tem por razão social o nome PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE DE ADVOGADOS se rege pela Lei Federal nº 8906/94, pelo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Provimento 112/2006 e pelos demais provimentos e regulamentos aplicáveis à espécie.

PARÁGRAFO ÚNICO - DO USO DA RAZÃO SOCIAL: A razão social é de uso exclusivo nos negócios da Sociedade, ficando vedada sua utilização em negócios estranhos ao objeto social.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO: O objeto principal da sociedade é a prestação de serviços exclusivamente jurídicos, privativos de advogados, podendo, ainda, praticar todos os demais atos que, direta ou indiretamente estiverem vinculados aos objetivos da sociedade.

CNAE: 69.11-7-01 – SERVIÇOS ADVOCATICIOS

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO: O prazo de duração da sociedade é indeterminado, na forma permitida pela legislação brasileira em vigor.





CLÁUSULA QUARTA - DO ENDEREÇO: A Sociedade tem sede na RUA AÇORES, 09, TAPANÃ (ICOARACI), BELEM, PA, CEP 66.833-370.

Parágrafo Único: Fica autorizada a criação de filiais desta Sociedade em qualquer parte do território nacional, respeitadas as normas vigentes.

CLÁUSULA QUINTA - DO CAPITAL SOCIAL: O capital social é de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), dividido em 10.000 quotas no valor de R\$ 1,00 (Um Reais) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente, distribuídos conforme o quadro abaixo:

CLÁUSULA SEXTA - DA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS: O capital social de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) e as quotas patrimoniais e de serviço estão assim distribuídas:

NOME	QUOTAS	VALOR(R\$)
BRENO ARTHUR DA SILVA VIEIRA	500	500,00
PATRICK PEREIRA DE DEUS	9.500	9.500,00
TOTAL	10.000	10.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO DAS COTAS: Se um dos sócios desejar vender ou ceder onerosamente a terceiros, estranhos à sociedade, uma parcela ou a totalidade de suas quotas, poderá fazê-lo, desde que ofereça por escrito aos demais para que estes exerçam o direito de preferência no prazo de 30 (trinta) dias. O silêncio do sócio significará aprovação da alienação, mas a venda ou cessão das quotas só poderá ser consumada nas mesmas bases e condições ofertadas pelo cedente aos demais sócios.

# CLÁUSULA OITAVA – DA DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS:

Os lucros ou prejuízos apurados em balanços realizados semestralmente, sem prejuízo de realização de balanço anual para ciência dos sócios, e poderão ser distribuídos entre os sócios na proporção das respectivas partes de capital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - DO EXERCÍCIO SOCIAL: O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se, necessariamente, em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, para elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado



Praça Barão do Rio Branco 93 - Campina, Belém - PA

Certifico a averbação na matrícula 02647, protocolo 81400000579308 em 11/02/2025, CNPJ 53847536000103 Selo 14855667236764



econômico, que serão julgados pelos sócios, no primeiro trimestre seguinte ao término do exercício social.

CLÁUSULA NONA – DO FALECIMENTO, DA AUSÊNCIA, DA INVALIDEZ OU DA INTERDIÇÃO DO SÓCIO:

Na ocorrência dessas hipóteses observar-se-ão as seguintes condições:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de falecimento ou ausência de quaisquer dos sócios a sociedade não será extinta, levantando-se um balanço especial para a data legal da declaração do fato, no prazo de 90 (noventa) dias e, o representante legal do falecido ou ausente, deliberará com os sócios remanescentes, de comum acordo, se convier aos remanescentes, mediante aprovação dos detentores da maioria do capital social, o ingresso dos herdeiros ou sucessores do morto ou ausente, no prazo de 30 (trinta) dias após lhe ter sido apresentado o balanço, sujeitando-se os herdeiros ou sucessores a preencher a condição de advogado regularmente inscrito na OAB. E, não havendo o quorum acima estipulado, efetuar-se-á o pagamento dos haveres daquele a sua herança ou sucessores, a serem apurados naquele balanço especialmente efetuado para tal fim, no máximo em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de atualização monetária calculada pela variação acumulada, mensalmente, do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) da Fundação Getúlio Vargas e de juros de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da ocorrência do evento, iniciando-se o pagamento da primeira parcela 90 (noventa) dias após essa data.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se o falecido for sócio no exercício do cargo de administração da sociedade, o seu representante legal receberá, durante o período que anteceder ao pagamento dos haveres daquele, mensalmente, valor idêntico ao seu prólabore à época do óbito, a título de adiantamento a ser descontado dos haveres à época do pagamento destes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Havendo a interdição de quaisquer dos sócios, a sociedade não será extinta e, os haveres do sócio interditado serão apurados, também, em balanço especial, na data legalmente reconhecida como da declaração de interdição do sócio, sendo este excluído da sociedade e, tais haveres, após apurados na forma do § 1° desta cláusula, pagos nos mesmos termos e condições ali previstos, ao seu curador, efetuandose a necessária redução do capital social.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso do herdeiro ou sucessor do sócio falecido ou ausente deter cotas do capital da sociedade, participando desta como sócio, acrescerão às suas cotas aquelas que receber por herança ou sucessão, as quais lhe serão igualmente distribuídas, não se aplicando, nessa hipótese, a regra disposta no § 1° desta cláusula. Ou seja, não haverá apuração de haveres do sócio falecido ou ausente, para indenização dos seus herdeiros ou sucessores, mas, sendo estes sócios na entidade, por ocasião da



BELEM

02680227204-BRENO ARTHUR DA SILVA VIEIRA|02252215275-ANDRE LUIZ GONCALVES PEREIRA JUNIOR

# ALTERAÇÃO CONTRATUAL PATRICK PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA



declaração do óbito ou da ausência do sócio morto ou ausente, a eles serão distribuídas as cotas nos termos do ato legal que lhes destinar a herança.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica estabelecido que em caso de falecimento, de invalidez, de interdição ou de ausência de qualquer dos Sócios Patrimoniais, os herdeiros, sucessores ou representantes legais receberão a indenização pelas quotas do falecido/inválido/interdito/ausente na forma prevista nesta cláusula.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA RETIRADA DE SÓCIO:

No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade deverá notificar os outros, por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias, conforme art. 1.029, do Código Civil Brasileiro, e, seus haveres lhe serão reembolsados nas condições abaixo ajustadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os haveres do sócio retirante, compreendendo capital, lucros e quaisquer outros créditos, serão apurados pelo montante efetivamente realizado e será liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, na data da ocorrência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os haveres apurados na forma acima estabelecida, serão pagos ao sócio retirante em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor

# CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA EXCLUSÃO DE SÓCIOS:

A Sociedade poderá excluir sócios, desde que justificadamente e de forma indenizada, pela unanimidade dos votos dos Sócios Patrimoniais, excluídos os impedidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os haveres do sócio excluido, compreendendo capital, lucros e quaisquer outros créditos, serão apurados pelo montante efetivamente realizado e será liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, na data da ocorrência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os haveres apurados na forma acima estabelecida, serão pagos ao sócio excluido em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os sócios remanescentes suprirem o valor da quota.



BELEM

02680227204-BRENO ARTHUR DA SILVA VIEIRA|02252215275-ANDRE LUIZ GONCALVES PEREIRA JUNIOR

# ALTERAÇÃO CONTRATUAL PATRICK PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA



PARÁGRAFO QUARTO: Considerando que as sociedades de advogados são tipicamente sociedades de pessoas, cuja base de exercício reside na confiança recíproca e na affectio societatis, e ainda, que por imposição legal, nessas sociedades, o nome social deve conter o patronímico de um ou mais sócios, e que o uso desses é direito personalíssimo, considera-se fato suficiente à permitir a dissolução parcial da Sociedade, com exclusão de um ou mais sócios, a perda daquela affectio, assim deliberada por decisão dos Sócios Patrimoniais remanescentes, por votação unânime e especialmente convocada para esse fim, e com prévia convocação do sócio que se pretende excluir

PARÁGRAFO QUINTO: Em qualquer caso de exclusão, esta será operada mediante simples alteração do Contrato Social, na forma do parágrafo único do art. 12 do Provimento 112/2006 do Conselho Federal da OAB.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: PROSSEGUIMENTO DAS ATIVIDADES SOCIAIS - Em qualquer das hipóteses estabelecidas nas CLÁUSULAS OITAVA, NONA e DÉCIMA, a sociedade não entrará em dissolução, podendo os sócios remanescentes continuar com as atividades sociais, até a efetiva regularização do quadro societário.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: RESPONSABILIDADE REMANESCENTE - A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou sua herança, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade. Nas hipóteses de retirada ou exclusão de sócios, a responsabilidade pelas obrigações sociais perdurará por igual prazo, enquanto não se requerer a averbação, nos termos do art. 1.032 do Novo Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA QUARENTENA: Em todas as hipóteses acima mencionadas nas cláusulas 9ª a 11ª fica estabelecida quarentena de 24 (vinte e quatro) meses para exercer a advocacia contra os clientes que a Sociedade possuía no período em que o Sócio esteve na Sociedade, sem prejuízo das sanções correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA: Os sócios não poderão exercer advocacia autonomamente e auferir os respectivos honorários como receita pessoal, salvo na hipótese em que os sócios, unanimemente, resolverem deliberar de outro modo, através de prévia e expressa anuência dos Sócios. Excetua-se dessa regra, também, o exercício da advocacia como servidores nos cargos próprios à advocacia pública ou, ainda, como empregados de pessoas jurídicas de direito privado, desde que não se trate de outra sociedade de advogados. Também, poderão os sócios exercer o magistério público ou privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA: RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS - A responsabilidade profissional dos sócios será regulada pelas normas do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e pelos provimentos do CFOAB. A sociedade, os sócios e associados responderão subsidiária e ilimitadamente por comprovados danos causados



BELEM

Praça Barão do Rio Branco 93 - Campina, Belém - PA Certifico a averbação na matrícula 02647, protocolo 81400000579308 em 11/02/2025, CNPJ 53847536000103 Selo 14855667236764

02680227204-BRENO ARTHUR DA SILVA VIEIRA|02252215275-ANDRE LUIZ GONCALVES PEREIRA JUNIOR

# ALTERAÇÃO CONTRATUAL PATRICK PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA



aos clientes decorrentes de ação ou omissão no exercício da advocacia, conforme inciso XI do art. 2º do Provimento CFOAB n.º 112/2006 e Provimento nº 147/2012 do CFOAB. A responsabilidade social de cada sócio, no âmbito dos negócios sociais, é limitada na forma da lei. Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais estranhas ao exercício profissional, conforme estabelece o artigo 1.054 c/c o artigo 997, VIII, também do Código Civil

Parágrafo Único: Nas relações com terceiros, que não envolvam a prestação de serviços jurídicos, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas partes, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 997, inciso VIII, c.c. artigo 1.052 e 1.054, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - DO "PRO LABORE": Será estipulada uma retirada mensal para os sócios-administradores, de conformidade com a legislação em vigor.

# CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:

A administração da sociedade, nos termos do art. 1.060, do Código Civil, caberá CONJUNTAMENTE aos sócios BRENO ARTHUR DA SILVA VIEIRA e/ou PATRICK PEREIRA DE DEUS, ficando eles autorizados ao uso do nome sociedade, dispensando de caução e investidos dos mais amplos e gerais poderes, podendo representá-la em juízo ou fora dele, nas relações com terceiros, nas repartições públicas e autarquias, assinando todos os documentos necessários à gestão dos negócios, podendo inclusive nomear, em conjunto, procuradores, desde que com prazo de mandato determinado e poderes específicos.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DA EXTINÇÃO DA SOCIEDADE:- Na hipótese de os sócios decidirem extinguir a sociedade será levantado o Balanço de Encerramento e divididos os haveres e deveres na proporção da participação de cada qual no capital social.

PARÁGRAFO ÚNICO: O pagamento integral deverá ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após o fechamento do Balanço de Encerramento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS: As alterações somente serão permitidas através do voto de pelo menos, 50% do Capital Social, salvo as disposições em contrário expressas neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA – DA REVOGAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONFLITANTES: Ficam revogadas todas as cláusulas e disposições naquilo que conflitarem com o que é disposto neste instrumento.



BELEM

Praça Barão do Rio Branco 93 - Campina, Belém - PA Certifico a averbação na matrícula 02647, protocolo 81400000579308 em 11/02/2025, CNPJ 53847536000103 Selo 14855667236764

# http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=89tZ6wrb3G9aJ-NdIkoSzA&chave2=6QddE9aOU\_Is\_y-V-N8\_AAASSINADO DIGITALMENTE POR: 03929889250-PATRICK PEREIRA DE DEUS | 72125365200-JOELTON FERNANDES FONSECA 02680227204-BRENO ARTHUR DA SILVA VIEIRA 02252215275-ANDRE LUIZ GONCALVES PEREIRA JUNIOR

# ALTERAÇÃO CONTRATUAL PATRICK PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO: Fica estabelecido o foro da cidade de Belém, Estado do Pará, a fim de dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente documento, na presença de duas testemunhas que também subscrevem.

BELÉM, PARÁ, 26 de dezembro de 2024.

PATRICK PEREIRA DE DEUS

Testemunha: ANDRE LUIZ GONCALVES PEREIRA JUNIOR 6807211, SSP, PA

\_\_\_\_\_

Testemunha: JOELTON FERNANDES FONSECA 009135, CRM, PA



BELEM

Praça Barão do Rio Branco 93 - Campina, Belém - PA Certifico a averbação na matrícula 02647, protocolo 81400000579308 em 11/02/2025, CNPJ 53847536000103 Selo 14855667236764

## CERTIDÃO

Certifico que a alteração do Contrato de PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE DE ADVOGADOS, registrada sob o nº 02647 nesta Seccional, foi deferida pela Câmara Especial da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará e devidamente homologada pela Presidência da Câmara em 11/02/2025, e encontra-se averbada no Livro nº 36 folhas 217-218.

Setor de Inscrição da OAB/PA. Belém, 14/02/2025.

BRENDA ARAUJO DI IORIO BRAGA Vice-presidente da OAB / Pará





# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 53.847.536/0001-03

Razão

PATRICK PEREIRA DE DEUS SOCIEDADE IND DE ADVOCACIA

Social:

Endereço: R ACORES 09 / TAPANA (ICOARACI) / BELEM / PA / 66833-370

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:09/03/2025 a 07/04/2025

**Certificação Número:** 2025030903226194287709

Informação obtida em 18/03/2025 08:21:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:

www.caixa.gov.br



# ESTADO DO PARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ PALÁCIO LEGISLATIVO "TREM DE GUERRA"

# DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto para os devidos fins de direito que o Sr. PATRICK PERENA DE DEUS, Advogado inscrito nos quadros da OAB/PA com o nº 33.550, inscrito no CPF sob nº 039.298.892-50, com endereço na Rua Açores, nº 9, Bairro Tapanã, CEP: 66833-370, Belém/Pa, prestou a esta Câmara Municipal no ano de 2023, serviços de assessoria jurídica, relacionado à elaboração de parecer jurídico em processo licitatório, cumprindo suas obrigações, inexistindo fatos supervenientes que possam macular sua conduta profissional, realizando seus serviços com excelência.

Vigia - Pa, 10 de novembro de 2023.

CLIVALDO WANDER SOUSA GOMES
Presidente da Câmara Municipal de Vigia-





# ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARÁ IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

PATRICK PEREIRA DE DEUS

33550 33550 FILIAÇÃO

DELCIO MARCIO LOPES DE DEUS MARCIA MARIA SOUSA PEREIRA

NATURALIDADE

PORTEL-PA

RG

5465561 2ª VIA - PC/PA

DATA DE NASCIMENTO

14/04/1999

CPF

039.298.892-50

VIA

EXPEDIDO EM

1 15/04/2022



EDUARDO IMBIRIBA DE CASTRO

Œ